

ATA REGISTRO DE PREÇOS N° 09/2019

**PROCESSO n.º 75/2018
PREGÃO ELETRÔNICO n.º 23/2018**

Aos 12 dias do mês de fevereiro de 2019, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE LAVRAS DO SUL neste ato representado pelo Prefeito, senhor **SÁVIO JOHNSTON PRESTES, RG 1034056307, CPF n.º487.828.580-04**, doravante denominado MUNICÍPIO, e de outro as empresas **Júlio Silvestri Filho ME - CNPJ: 15.608.150/0001-50**, representada pelo Sr. Júlio Silvestri Filho CPF n° 912.281.669-00, com sede na Rua Luiz Magalhães de Medeiros n° 1050 – sala 01, Bairro Humaitá de Cima, CEP 88708-250, na cidade de Tubarão - SC, **Kit Lub Distribuidora de Lubrificantes Ltda - ME - CNPJ: 24.939.652/0001-54**, representada pelo senhor Sérgio Roberto de Souza Rodrigues CPF n° 278.218.540-34, com sede na Av. Marechal Rondon, n° 172, Bairro Vista Alegre, CEP 94955-240, Cachoeirinha – RS, **West Parts Peças e Lubrificantes EIRELI - EPP - CNPJ: 27.614.905/0001-08**, representada pelo Sr. Pedro Lorenço Jorge CPF n° 389.054.328-67, na Rua Sergipe n°3993, Bairro Vila Paulista, CEP 15803-160, na cidade de Catanduva – SP e **kaieme Peças Ltda EPP - CNPJ: 93.969.343/0001-40**, representada pelo Sr. Jucimar Vuelma CPF n° 698.916.210-49, com sede na Rua Sinimbu n° 568, Bairro Lourdes, CEP 95020-000, na cidade de Caxias do Sul – RS, simplesmente denominadas FORNECEDORES, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S)**, homologada em 11/02/2019, às fls. 453, referente ao **Pregão Eletrônico n.º 23/2018** para **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** para possíveis **AQUISIÇÕES DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, FLUIDOS E ADITIVOS** em conformidade com a Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e nos termos da Lei 8.666/93, com suas alterações e Decreto Municipal n.º 4.686/2007 consoante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1. O objeto da presente Ata é o Registro dos Preços para possíveis **AQUISIÇÕES DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, FLUIDOS E ADITIVOS** conforme descrição, marcas e preços constantes do **Processo n.º 75/2018, Pregão Eletrônico n.º 23/2018**.

A empresa Júlio Silvestri Filho ME - CNPJ: 15.608.150/0001-50, restou classificada nos seguintes lotes:

Lote 10 – 50 frascos - Fluido de freios DOT 3. Frascos com 500 ml. NÃO RECICLADO. **Marca: POWERBRIL. Valor unitário registrado: R\$ 6,50.**

Sendo:

Sec. de Educação: 20 frascos.

Sec. de Obras: 30 frascos.

Lote 11 – 240 frascos - Fluido de freios DOT 4. Frascos com 500 ml. NÃO RECICLADO. **Marca: POWERBRIL. Valor unitário registrado: R\$ 7,80.**

Sendo:

Sec. de Educação: 20 frascos.

Sec. de Obras: 20 frascos.

Sec. de Saúde: 200 frascos.

A empresa Kit Lub Distribuidora de Lubrificantes Ltda - ME - CNPJ: 24.939.652/0001-54, restou classificada no seguinte lote:

Lote 23 – 10 baldes - Graxa Grafitada. Balde com 20 kg. NÃO RECICLADO. **Marca: PETROL. Valor unitário registrado: R\$ 227,00.**

Sendo:

Sec. de Obras: 10 baldes.

A empresa West Parts Peças e Lubrificantes EIRELI - EPP - CNPJ: 27.614.905/0001-08, restou classificada nos seguintes lotes:

Lote 01 – 125 baldes - Óleo lubrificante para motor diesel 15W40 turbo. Balde com 20 litros. NÃO RECICLADO. **Marca: VR LUB. Valor unitário registrado: R\$ 149,50.**

Sendo:

Sec. de Educação: 25 baldes.

Sec. de Obras: 100 baldes.

Lote 03 – 20 baldes - Graxa para chassi. Balde com 20 kg. NÃO RECICLADO. **Marca: SIVA SIROLL. Valor unitário registrado: R\$ 131,30.**

Sendo:

Sec. de Educação: 10 baldes.

Sec. de Obras: 10 baldes.

Lote 05 – 100 litros - Óleo lubrificante 20W40 para motor a gasolina. NÃO RECICLADO. **Marca: INCOL. Valor unitário registrado: R\$ 9,62.**

Sendo:

Sec. de Educação: 40 litros.

Sec. de Obras: 60 litros.

Lote 07 – 38 baldes - Óleo lubrificante 140 para diferencial. Balde com 20 litros. NÃO RECICLADO. **Marca: INCOL. Valor unitário registrado: R\$ 184,60.**

Sendo:

Sec. de Educação: 25 baldes.

Sec. do Meio Rural: 08 baldes.

Sec. de Obras: 05 baldes.

Lote 08 – 25 baldes - Óleo lubrificante 80 para cambio. Balde com 20 litros. NÃO RECICLADO. **Marca: INCOL. Valor unitário registrado: R\$ 184,60.**

Sendo:

Sec. de Educação: 25 baldes.

Lote 14 – 90 baldes - Óleo de transmissão hidráulico THF 11. Balde de 20 litros. NÃO RECICLADO. **Marca: INCOL. Valor unitário registrado: R\$ 171,60.**

Sendo:

Sec. de Educação: 80 baldes.

Sec. de Obras: 10 baldes.

Lote 15 – 06 baldes - Óleo tipo A FTA balde de 20 litros. NÃO RECICLADO. **Marca: INCOL. Valor unitário registrado: R\$ 169,00.**

Sendo:

Sec. do Meio Rural: 06 baldes.

Lote 16 – 50 baldes - Óleo lubrificante 15W40 para Motor Turbo Diesel. Balde de 20 litros. NÃO RECICLADO. **Marca: VR LUB. Valor unitário registrado: R\$ 149,50.**

Sendo:

Sec. do Meio Rural: 50 baldes.

Lote 17 – 100 frascos - Óleo lubrificante sintético viscosidade 5W40 para motor a gasolina 1ª linha. Frascos de 01 litro. NÃO RECICLADO. **Marca: INCOL. Valor unitário registrado: R\$ 14,30.**

Sendo:

Sec. do Meio Rural: 100 frascos.

Lote 18 – 20 baldes - Graxa para rolamento. Balde de 20 kg. **Marca: SIVA SIROLL. Valor unitário registrado: R\$ 209,30.**

Sendo:

Sec. do Meio Rural: 20 baldes.

Lote 19 – 80 baldes - Óleo Hidráulico 68. Balde de 20 litros. NÃO RECICLADO. **Marca: VR LUB. Valor unitário registrado: R\$ 127,40.**

Sendo:

Sec. de Obras: 80 baldes.

Lote 21 – 500 litros - Óleo para motor a gasolina 5W30 sintético 1º linha. Com 01 litro. NÃO RECICLADO. **Marca: INCOL. Valor unitário registrado: R\$ 14,30.**

Sendo:

Sec. de Obras: 200 litros.

Sec. de Saúde: 300 litros.

Lote 24 – 40 baldes - Óleo hidráulico tipo A. Balde com 20 litros. NÃO RECICLADO. **Marca: INCOL. Valor unitário registrado: R\$ 169,00.**

Sendo:

Sec. de Obras: 40 baldes.

Lote 25 – 100 litros - Óleo para motor à diesel 15W40. NÃO RECICLADO. **Marca: VR LUB. Valor unitário registrado: R\$ 7,80.**

Sendo:

Sec. de Saúde: 100 litros.

A empresa kaieme Peças Ltda EPP - CNPJ: 93.969.343/0001-40, restou classificada nos seguintes lotes:

Lote 02 – 26 baldes - Óleo lubrificante 90 para caixa diferencial. Balde com 20 litros. NÃO RECICLADO. Marca: VR LUB. Valor unitário registrado: R\$ 187,00.

Sendo:

Sec. de Educação: 10 baldes.

Sec. do Meio Rural: 08 baldes.

Sec. de Obras: 08 baldes.

Lote 04 – 150 litros - Óleo hidráulico tipo A para direção hidráulica. NÃO RECICLADO. Marca: PETROL. Valor unitário registrado: R\$ 9,09.

Sendo:

Sec. de Educação: 50 litros.

Sec. de Saúde: 100 litros.

Lote 06 – 40 litros - Óleo lubrificante 15W40 semissintético pra motor a gasolina. Marca: VR LUB. Valor unitário registrado: R\$ 10,39.

Sendo:

Sec. de Educação: 40 litros.

Lote 09 – 50 litros - Óleo diferencial 85W140. NÃO RECICLADO. Marca: VR LUB. Valor unitário registrado: R\$ 9,35.

Sendo:

Sec. de Educação: 50 litros.

Lote 12 – 20 frascos - Fluido de freios DOT 5. Frasco com 500 ml. NÃO RECICLADO. Marca: COBREQ. Valor unitário registrado: R\$ 28,59.

Sendo:

Sec. de Educação: 20 frascos.

Lote 13 – 20 frascos - Aditivo para radiador NÃO RECICLADO Frascos de 01 litro. Marca: HB AUTOMOTIVE. Valor unitário registrado: R\$ 4,79.

Sendo:

Sec. de Educação: 20 frascos.

Lote 20 – 200 litros - Óleo 2 tempos. Com 01 litro. NÃO RECICLADO. Marca: PETROL. Valor unitário registrado: R\$ 10,39.

Sendo:

Sec. de Obras: 200 litros.

Lote 22 – 100 litros - Fluido para Radiador / Arrefecimento. Com 01 litro. Marca: HB AUTOMOTIVE. Valor unitário registrado: R\$ 4,79.

Sendo:

Sec. de Obras: 100 litros.

CLÁUSULA II - DO PREÇO

1. O preço deverá ser fixo, equivalente ao de mercado na data da apresentação da proposta.
2. Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), fornecimento de mão-de-obra especializada, leis sociais, administrativos, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Edital.

CLÁUSULA III - DO REAJUSTE DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

1. Os contratos oriundos do Registro de Preços poderão ter seus preços reajustados pelo IGPM ou pelo índice que lhe vier a substituir após 12 (doze) meses a contar da data de apresentação da proposta.
2. Os preços registrados, quando sujeitos a controle oficial, poderão ser reajustados nos termos e prazos fixados pelo órgão controlador.
3. O beneficiário do registro, em função da dinâmica do mercado poderá solicitar a atualização dos preços vigentes através de solicitação formal à Autoridade Competente desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes ou de outros documentos.
4. A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de

mercado vigente à época.

5. O pedido de atualização dos preços aos preços praticados no mercado poderá acarretar pesquisa de preços junto aos demais fornecedores com preços registrados podendo ocorrer substituição na ordem classificatória de fornecedor devido a obrigatoriedade legal de aquisição pelo menor preço.

6. O procedimento para eventuais solicitações de alteração de preços é o que segue: Processo protocolado no Setor de Compras da Prefeitura Municipal de LAVRAS DO SUL e encaminhamento a Autoridade Competente com todos os documentos de que trata o **item 3** acima.

7. Independentemente do disposto no **item 3**, a Autoridade Competente poderá, na vigência do registro, solicitar a redução dos preços registrados, garantida a prévia defesa do beneficiário do registro, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa do mercado realizada ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da publicação na Imprensa Oficial de LAVRAS DO SUL.

CLÁUSULA IV - DOS PRAZOS

1. O FORNECEDOR **poderá** ser convocado a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de **5 (cinco) dias úteis** a contar do dia seguinte ao recebimento da convocação expedida pela

Secretaria Competente, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município de LAVRAS DO SUL.

2. O prazo de validade de registro de preços será de **12 (doze) meses**, contados da publicação da presente ata.

3. Em cada fornecimento, o prazo de entrega do produto será solicitado pela Secretaria requisitante, não podendo, todavia, ultrapassar **12 (doze) dias consecutivos**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor.

CLÁUSULA V - DOS PAGAMENTOS

1. O pagamento de cada compra será efetuado em até 25 (vinte e cinco) dias consecutivos após o recebimento da Nota Fiscal/Fatura, visada e datada pelo Fiscal do Processo, sendo este os senhores:

- Hercules Mendes Conti – Secretaria de Educação;
- Jonatan Olinto Pires Delgado – Secretaria de Saúde;
- Clemar Biaggi – Secretaria de Obras e Transportes;
- Ivo Alves Lopes – Secretaria do Meio Rural e Fomento Econômico.

2. No caso de atraso no pagamento, o valor poderá ser corrigido e o índice de atualização financeira será o IGPM mensal incidente “pro rata die” desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento. No caso de extinção do IGPM, será utilizado outro índice que o Governo Federal determinar para substituí-lo.

3. A contratada suportará o ônus decorrente do atraso, caso as Notas Fiscais/Faturas contenham vícios ou incorreções que impossibilitem o pagamento.

CLÁUSULA VI - DA CONTRATAÇÃO

1. A existência de preços registrados não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações que deles poderão advir, sem que caiba direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema de Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições, de acordo com o Decreto Municipal n.º 4.686/2007.

2. As obrigações decorrentes do fornecimento de bens constantes do registro de preços a serem firmadas entre o MUNICÍPIO DE LAVRAS DO SUL e o FORNECEDOR serão formalizadas através de contrato, observando-se as condições estabelecidas no Edital, seus anexos e na legislação vigente.

3. O MUNICÍPIO DE LAVRAS DO SUL poderá dispensar o termo de contrato e optar por substituí-lo por Notas de Empenhos, ou outros instrumentos equivalentes, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, nos termos do § 4º, do artigo 62, da Lei 8.666/93.

4. Na hipótese do FORNECEDOR primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, poderão ser convocados os prestadores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço,

independentemente da cominação prevista no Art. 81, da Lei 8.666/93.

5. Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital, o MUNICÍPIO poderá comprar de mais de um prestador registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo MUNICÍPIO, observadas as condições do Edital e o preço registrado.

6. Os pedidos de fornecimento deverão ser formalizados pela Secretaria de Saúde do Município.

7. As regras estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços serão o regramento das obrigações contratuais decorrentes da Nota de Empenho (Contrato).

8. As licitantes classificadas no Registro de Preços deverão atender o contratado constante na Nota de Empenho, independente do valor, sujeito a penalização.

CLÁUSULA VII - DA ENTREGA E DO TERMO DE RECEBIMENTO

1. A empresa a ser contratada se obriga a entregar os itens ora licitados, nas quantidades determinadas no pedido de acordo com as necessidades das secretarias, onde deverão ser conferidos pelo(s) Fiscal(ais) da execução do contrato, e a entrega deverá ser feita **em até 12 (doze) dias consecutivos**, impreterivelmente, do recebimento da cópia do empenho com pedido de entrega dos mesmos.

2. A contratação somente será considerada concluída mediante a emissão de TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, expedido por servidor designado pela Secretaria Competente.

3. O prazo para a emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO será de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório.

4. Caso o produto não corresponda ao exigido pelo Edital, consoante subitem anterior, o FORNECEDOR deverá providenciar, no prazo máximo de até 24 (Vinte e Quatro) horas, a sua substituição visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital, na Lei 8.666/93 e no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90).

5. O FORNECEDOR deverá entregar os produtos nos locais determinados no instrumento.

6. **Local de Entrega:** Os materiais ora licitados, deverão ser entregues:

Secretaria Municipal de Educação.

Rua Cel. Meza, nº322 - Bairro Centro.

No horário das 08h00min. às 12h00min e das 14h00min. às 17h00min.

CEP 97390-000 - Lavras do Sul – RS.

Secretaria Municipal de Obras e Transportes.

Secretaria Municipal do Meio Rural e Fomento Econômico.

Rua Alexandre Silveira, nº 120 – Bairro Hospital.

No horário das 07h30min às 13h30min, nos dias úteis.

CEP 97390-000 - Lavras do Sul – RS.

Secretaria Municipal de Saúde.

Rua Pires Porto nº 332 – Bairro Centro.

Nos horário das 08h00min às 14h00min, nos dias úteis.

CEP 97390-000 - Lavras do Sul – RS.

5.1.1. A contratada compromete-se a entregar os produtos citados em sua proposta financeira, inclusive com relação à marca ali representada, sendo que só serão aceitos produtos de qualidade, em perfeitas condições de utilização, preservando-se assim o patrimônio público.

CLÁUSULA VIII - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DAS PENALIDADES

1. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representado por Nota de Empenho), a Administração poderá aplicar, às detentoras da Ata, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas as seguintes penalidades, as quais poderão ser aplicadas na forma do Art. 86 e seguintes da Lei 8666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94, a critério da Administração, garantindo ampla defesa:

1.1. Por atraso superior a 10 (dez) dias do prazo entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito a multa de meio (1/2%) por cento por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o décimo primeiro dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a (30) trinta dias;

1.2. Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, e aplicada a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação;

1.3. A penalidade pecuniária prevista nesta cláusula será calculada sobre o valor contratado e descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou pode ser inscrita,

para cobrança como dívida ativa do Município, na forma da Lei.

1.4. As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94.

2. **Advertência por escrito:** sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, assim consideradas as que não se enquadrarem nos dispositivos seguintes:

3. **Multa**, da seguinte forma:

3.1. A recusa do fornecedor em entregar o material adjudicado configura inexecução Total, sujeitando o fornecedor a penalidade prevista no **item 1.2.**;

3.2. O atraso que exceder ao prazo fixado para a entrega configura inexecução parcial, sujeitando a fornecedora à penalidade prevista no **item 1.1.**;

4. Nos termos do Artigo 7º da Lei 10.520/2002, o Licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios;

5. Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o Artigo 87 “caput” da Lei 8.666/93.

6. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao prestador em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

6.1. nos casos definidos no **subitem 3.2** acima: por 1 (um) ano.

6.2. nos casos definidos no **subitem 3.1** acima: por 2 (dois) anos.

7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

8. A multa dobrará em cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% do valor total a ser pago, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos de qualquer valor que venham a ser causados ao erário público, e/ou rescisão.

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO CONTRATUAL

1. Poderão ser motivo de rescisão contratual as hipóteses elencadas no Art. 78 da Lei 8.666/93.

2. Caso o MUNICÍPIO não se utilize prerrogativa de rescindir o contrato, a seu exclusivo critério, poderá

suspender a execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida, sem prejuízo das incidências das sanções previstas no Edital, no Decreto Municipal N.º 4.686//2007 na Lei 8.666/93 e no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90).

3. A rescisão poderá ser unilateral, amigável (resilição) ou judicial, nos termos e condições previstas no Art. 79 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA X - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

1. O registro do FORNECEDOR poderá ser cancelado, garantida prévia defesa, no prazo de cinco (5) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

I- Pelo MUNICÍPIO, quando:

a) o FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no Edital ou Ata de Registro de Preços;

b) o FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar a Ata de Registro de Preços e/ou contrato decorrente do registro de preços;

c) o FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa, de contrato decorrente do Registro de Preços, por um dos motivos elencados no Art. 78 e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, alterada pela Lei n.º 8.883, de 06 de julho de 1994;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;

e) por razões de interesse público, devidamente fundamentado, na forma do inciso XII, do Art. 78 da Lei 8.666/93, e alterações posteriores.

II - Pelo FORNECEDOR, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao Registro de Preços.

2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo órgão

gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no inciso I do item 1, será feita por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

4. No caso do FORNECEDOR encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial do Município, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do quinto dia útil, contado da publicação.

5. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do Registro de Preço, não o desobriga do fornecimento dos produtos, até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de trinta dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório.

6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão serem realizadas novas licitações para aquisição de bens constantes do registro de preços.

CLÁUSULA XI - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÕES DE PRODUTOS COM PREÇOS REGISTRADOS

1. Servirão de cobertura às contratações oriundas da Ata de Registro de Preços os recursos orçamentários da Secretaria, indicadas na requisição de despesa, quando da efetiva compra.

2. As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo Exmo. Sr. Prefeito ou a quem delegar competência.

CLÁUSULA XII - DO FORO

1. Fica eleito o Foro da cidade de LAVRAS DO SUL - RS para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pela presente Ata e pelo futuro contrato, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata, o Edital do **Pregão Eletrônico n.º 23/2018**, para Registro de Preços e a proposta das empresas conforme resultado por CNPJ, emitido pelo Sistema Banrisul de Pregões, anexo desta Ata, classificadas em 1º lugar, nos **LOTES** da licitação.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, pelo Decreto Municipal n.º 4.686/2007 e demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do Direito.

Lavras do Sul, 12 de fevereiro de 2019.

Sávio Johnston Prestes
Prefeito

Júlio Silvestri Filho ME
CNPJ: 15.608.150/0001-50
(Futura contratada)

Kit Lub Distribuidora de Lubrificantes Ltda - ME
CNPJ: 24.939.652/0001-54
(Futura contratada)

West Parts Peças e Lubrificantes EIRELI – EPP
CNPJ: 27.614.905/0001-08
(Futura contratada)

kaieme Peças Ltda EPP
CNPJ: 93.969.343/0001-40
(Futura contratada)